

Interpretações e poderes em disputa: o ressurgimento do Centrão na política brasileira¹

Interpretations in dispute and conflict between the powers: the resurgence of 'Centrão' in Brazilian politics

Gabriella Maria Lima Bezerra*¹
Márcia Paula Chaves Vieira¹**

Palavras-chave:
Comportamento parlamentar;
Câmara dos Deputados;
Centrão.

Resumo: A vitória de Eduardo Cunha (PMDB/MDB-RJ) para a presidência da Câmara dos Deputados, em 2015, emplacou nas notícias sobre política o termo "centrão". Diante da crescente utilização dessa denominação e da reviravolta dos poderes desse grupo de partidos nas relações entre executivo e legislativo no governo Bolsonaro, buscamos neste artigo: 1) refletir sobre o uso do termo nos debates políticos brasileiros, identificando, a origem dessa denominação e os sentidos correntes dessa caracterização, como também, 2) analisar as possíveis transformações na disputa política, com o seu ressurgimento e ascendência. No trabalho reconstruímos a origem do termo e seu ressurgimento, identificando a metamorfose da sua aplicação. Analisamos os significados do uso do termo "Centrão" nos debates políticos nacionais atuais nas colunas da Folha de São Paulo no período de 2016 a 2020. Como desdobramento, buscamos identificar os partidos vinculados ao Centrão no governo Bolsonaro e a composição das bancadas. Para finalizar, recuperamos o debate dos estudos legislativos sobre os incentivos institucionais e o comportamento parlamentar no Brasil, destacando a complexidade e o desafio analítico para a ciência política brasileira, na berlinda entre a crítica e uma visão moralizante da política. Consequentemente, nesse exercício argumentativo, destacamos que as contradições que o uso do termo carrega incentiva a ampliação analítica do fenômeno, especialmente, a inclusão dos incentivos institucionais para a compreensão do comportamento dos atores parlamentares identificados com esse bloco.

¹ Recebido em 11/07/2022. Aceito em 29/10/2022.

*¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: gabriella.bezerra@ufrpe.br.

**¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); professora do Centro Universitário Christus. E-mail: mpaulavieiracs@gmail.com.

Keywords: Parliamentary behavior;
Brazilian Chamber of
Deputies;
Centrão.

Abstract: *The Eduardo Cunha (PMDB/MDB-RJ) win's presidency of the Chamber of Deputies, in 2015, made the term "centrão" (a perjorative expression that means 'big center') in the political news. Faced with the increasing use of this denomination and the reversal of the powers for this group of parties in the relations between the executive and the legislature in the Bolsonaro government, we seek in this article: 1) to reflect on the use of the term in Brazilian political debates, identifying the origin of this denomination and the current meanings of this characterization, as well as, 2) analyze the possible transformations in the political dispute, with its resurgence and ascendancy, identifying the metamorphosis of its application. We analyze the meanings of the use of the term "Centrão" in current national political debates in the columns of Folha de São Paulo from 2016 to 2020. As a result, we seek to identify the parties linked to Centrão in the Bolsonaro government and the composition of the benches. Finally, we recover the debate of legislative studies on institutional incentives and parliamentary behavior in Brazil, highlighting the complexity and analytical challenge for Brazilian political science, in the hot seat between criticism and a moralizing vision of politics. Consequently, in this argumentative exercise, we emphasize that the contradictions that the use of the term carries encourages the analytical expansion of the phenomenon, especially the inclusion of institutional incentives for understanding the behavior of parliamentary actors identified with this block.*

Introdução

A vitória de Eduardo Cunha (PMDB/MDB-RJ) para a presidência da Câmara dos Deputados, em 2015, emplacou nas notícias sobre política o termo "centrão", designação que circulava, até então, eventualmente no debate público. O termo "centrão" busca nomear um bloco informal de partidos, frequentemente responsabilizado por algumas mazelas da política brasileira, e lembrado especialmente pela atuação de parlamentares que vinculam seu apoio nas votações de interesse do governo a cargos ou emendas parlamentares. Com alguma frequência, o termo intenciona apontar que esse tipo de negociação reflete a ausência de definição programática e perfil ideológico.

O comportamento do centrão ganha relevância quando os governos passam por crises e perdem apoio dos seus apoiadores. Esses partidos podem se tornar fiadores do governo, devido a sua adaptação às circunstâncias políticas adversas. Por exemplo, após o Impeachment da presidenta Dilma e o envolvimento do seu sucessor, Michel Temer, em denúncias e riscos de abertura de novos procedimentos de remoção, a movimentação foi reforçada. Os fatores concatenados transformam suas deficiências em valioso recurso. Entretanto,

paradoxalmente, há também uma indicação de que esse grupo não inspira confiança, podendo abandonar o governo mesmo depois de negociações e aceites. Talvez isso explique sua preferência por cargos de menor vulto, chamados de segundo ou terceiro escalão, fugindo do embate mais duro entre os partidos mais centrais da disputa política nacional.

A campanha eleitoral do presidente Bolsonaro, em 2018, fez forte oposição a essas práticas, propagando-se como um candidato que não pertencia ao sistema. Isso porque, a Lava Jato ganhou forte notoriedade nos anos anteriores a 2018. Não apenas as suas investigações supostamente expuseram nomes ligados a diversos partidos políticos, mas o comportamento midiático dos atores judiciais vinculados à Operação reforçava seus delitos, ao apontar, em suas falas públicas, o papel das figuras ligadas ao centrão no esquema de propinas, clamando por alterações na política brasileira. Nesse cenário, as práticas associadas ao grupo, descritas acima, foram consideradas tradicionais, necessitando sua remoção e superação. Bolsonaro foi embalado por esse discurso Lavajatista de moralização da política e afirmou recusar as estratégias de negociação da corrupta “velha política” (LOPES, ALBUQUERQUE E BEZERRA, 2021).

Diante de sua vitória, muitas dúvidas surgiram de como o presidencialismo de coalizão funcionaria neste governo, já que seu pressuposto é de que se formem amplas coalizões multipartidárias e os partidos da velha política ainda mantinham força parlamentar. Por ser uma figura errática e essa intensa mobilização antissistema da campanha eleitoral, Bolsonaro poderia gerar atritos insolúveis com o Legislativo. Exatamente o que ocorreu já no início de governo, anulando a chamada “lua de mel” dos primeiros meses pós-eleitorais. Os partidos de oposição e os partidos independentes se uniram e conseguiram dificultar, barrar e modificar importantes pautas governamentais. A conjuntura ficou ainda mais difícil com a série de denúncias dirigidas a pessoas próximas ao presidente.

Desse modo, o Executivo federal, na figura do presidente Bolsonaro, passou a sofrer pressões para “entrar no sistema” e assumir as negociações com os partidos políticos. Diante das derrotas iminentes e em projetos ainda mais importantes, o governo Bolsonaro passou a compor sua base de coalizão, fazendo uso dos acordos e práticas identificados com o centrão.

Diante da crescente utilização dessa denominação e da reviravolta dos poderes desse grupo de partidos nas relações entre executivo e legislativo, buscamos 1) refletir sobre o uso do termo nos debates políticos brasileiros, identificando a origem dessa denominação e os sentidos correntes dessa caracterização, como também 2) analisar as possíveis transformações na disputa política, com o seu ressurgimento e ascendência.

Após essa introdução, na segunda seção do trabalho reconstruímos a origem do termo e seu ressurgimento, identificando a metamorfose da sua aplicação. Na seção seguinte, analisamos os significados do uso do termo “Centrão” nos debates políticos nacionais atuais. Seleccionamos e analisamos o uso do termo nas colunas da Folha de São Paulo no período de 2016 a 2020. No recorte aqui proposto, categorizamos apenas os artigos dos articulistas da Folha de São Paulo, nos seus escritos nas colunas de opinião e editoriais, com ou sem autoria. Como desdobramento, buscamos identificar os partidos vinculados ao Centrão no governo Bolsonaro e a composição das bancadas.

Na quarta seção, recuperamos o debate nos estudos legislativos sobre os incentivos institucionais e o comportamento parlamentar no Brasil, destacando a complexidade e o desafio analítico para a ciência política brasileira na berlinda entre a crítica e uma visão moralizante da política. Consequentemente, nesse exercício argumentativo, na seção final, destacamos que as contradições que o uso do termo carrega incentiva a ampliação analítica do fenômeno, especialmente a inclusão dos incentivos institucionais para a compreensão do comportamento dos atores parlamentares identificados com esse bloco.

Essa força estranha chamada “centrão”: os primeiros passos na constituinte e o ressurgimento nos Governos Dilma.

A transição democrática brasileira significou a saída de um sistema bipartidário sob controle do regime militar, para o retorno à competição livre e multipartidária. A ditadura provocou a ruptura do então sistema partidário vigente entre 1946 e 1964, sem, contudo, significar o esvaziamento absoluto do espaço institucional legislativo e de alguma formatação partidária. Assim, o retorno ao sistema democrático não promoveu, como em outros casos, a retomada do cenário partidário anterior, já que o interregno acumulou algumas marcas simbólicas que não permitiriam o retorno a 1946 (ARAÚJO, 2015).

A Constituinte de 1987/1988 foi o cenário político institucional para reformulação de legendas e a emergência de novos partidos. Juntamente com a reorganização do sistema partidário, a ação política foi submetida a novos arranjos. Diante do desgaste político do regime militar, as legendas existentes no período foram modificadas, mas ainda constituíram uma elite parlamentar herdeira. O MDB convertido em PMDB possuía 31% dos parlamentares e o Arena convertido em PDS, 57,8%. Em contrapartida, os partidos mais significativos em termos de nova organização institucional, PT e PSDB, tiveram poucas filiações de parlamentares constituintes (KINZO, 1989).

Na Constituinte, o grupo parlamentar majoritário, de início, tentou criar uma comissão específica para construção do texto-base. Entretanto, muitos constituintes recusaram por entender que o processo deveria ser feito com as

demandas apresentadas e discutidas por todos. Para isso, foi pensado um método que sistematizasse o processo e não estivesse centrado nas lideranças partidárias. Organizaram, então, comissões e subcomissões para elaboração do relatório que seria votado em Plenário.

A pesquisadora Márcia Souza (2003) destaca dois componentes importantes no processo de elaboração da Constituinte, decorrentes da metodologia de sistematização elaborada: as disputas pelas presidências e relatorias das comissões. A divisão ficou definida por acordos das bancadas partidárias em maior número, eleitas em 1986: PMDB e PFL, primeira e segunda bancada, ficando com a relatoria e presidência das comissões, respectivamente (SOUZA, 2003). A condução do processo, porém, teve um problema de distorção das decisões, a partir da distribuição das comissões e subcomissões e do conteúdo da matéria que seria levada para votação em plenário geral. A comissão de sistematização ficou com grande poder de decisão. Essa inconsistência fez com que as regras da Constituinte fossem questionadas quando o processo já estava em andamento.

As articulações entre parlamentares da Constituinte não se restringiram às bancadas e formaram divisões de grupos (KINZO, 1989). Para lidar com o poder de decisão da comissão de sistematização, o “Centrão” foi formado e questionou as regras da Assembleia Nacional Constituinte, que interferiam na alteração do texto elaborado. Portanto, foi nesse cenário institucional que o termo foi utilizado, fazendo referência a uma articulação pontual e conjuntural de parlamentares de distintos partidos, sem uma formalização de bancada. Assim, entende-se que o “Centrão”, originalmente, constituiu-se como um movimento de articulação institucional parlamentar, e por isso um método de ação para mobilizar interesses na arena legislativa.

Nesse cenário político institucional, juntamente com a reorganização do sistema partidário, a ação política foi submetida a novos arranjos. Como consequência, para dar ao plenário o poder decisório final a partir de mecanismos também propositivos, foi criado o Destaque para Votação em Separado (DVS). Funcionando como espécie de destaque, o DVS contorna as dificuldades de aglutinar interesses para a inserção de novas propostas, alterando fragmentos das propostas em discussão. Neste jogo de posições, o “Centrão” como método de ação política parlamentar se tornou possível, através de um mecanismo regimental, que consegue mobilizar ações fragmentadas. A utilização do recurso floresceu em uma conjuntura de rearranjos de forças políticas no legislativo.

Em busca de caracterizar a articulação parlamentar, Marcos Nobre (2013) utiliza o termo peemedebismo e sua persistência na democracia recente. Na Constituinte, dos 318 parlamentares que compunham o grupo na Constituinte,

134 eram do PMDB. Em termos percentuais, representavam 42,1% do partido, o que Kinzo (1989, p. 260) pontuou ser significativo também não representar a maioria da legenda. De modo que, embora por vezes exista uma aproximação entre as duas denominações - "centrão" e "peemedebismo" -, ressaltamos que não são sinônimos e nem complementares. O pemedebismo se refere a uma habilidade do partido em construir estratégias de negociação de bastidores, enquanto o "centrão" entende-se como um movimento de articulação institucional parlamentar, um método de ação, para mobilizar interesses na arena legislativa.

Para demonstrar a diferença entre as duas práticas com base em percentuais de participação dos partidos, vejamos outras siglas. O PDS, remanescente do regime militar, foi o partido que obteve maior número de seus parlamentares participando do "Centrão". Entre deputados e senadores, foram 91,4%, representando o número de 32 parlamentares. A composição do grupo contou ainda com 86,4% do PTB, 85,7% do PDC e 82% do PFL (Kinzo, 1989).

Leonardo Avritzer (2016) pontuou que no processo Constituinte houve a formação de uma maioria conservadora, mas que encontrou limites pelo caráter progressista da Constituição Federal de 1988. No período, o centrão tornou-se uma estratégia provisória de formação de maioria articulada pelo então PMDB. Ainda neste contexto, o autor pontua que o partido possuía tanto um projeto político, quanto uma liderança de referência (Ulisses Guimarães), ambos voltados para uma agenda dual entre representantes dos progressistas e conservadores (AVRITZER, 2016).

O "Centrão" foi, então, estratégia possível para a defesa de algumas pautas, como, por exemplo, as regras institucionais direcionadas para a escolha de presidencialismo e duração dos mandatos. Em retrospectivo, segundo Patu (2018)², essa articulação pode ser vista de dois modos: como permanência de comportamentos promíscuos e reorganização das velhas elites do atraso ou, ainda, como a recuperação de certo conservadorismo pragmático, buscando refrear os arroubos de uma esquerda ainda pouco afeita ao cenário da competição política institucional.

O atual Centrão surgiu em 2014, sob o comando do então líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha (RJ), e atingiu o auge em 2015 ao eleger o próprio Cunha presidente da Câmara. O bloco deu apoio decisivo ao *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara, em 2016. E foi graças aos votos do Centrão que foram barradas as duas denúncias contra o então presidente Michel Temer, que

²Coluna de Gustavo Patu, publicada em 02 de agosto de 2018, na Folha de São Paulo. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48394&keyword=centrao&anchor=6095057&origem=busca&originURL=&pd=1c633a805d7e80e3c51273711c0ac082>

poderiam desencadear novo processo de *impeachment*. Não deixa de ser um paradoxo. O termo Centrão quando ressurgiu fazia referência a marginalidade dos parlamentares, que não conseguiam estar no centro das decisões. Assim, eles precisaram estabelecer estratégias alternativas. O modo de operação continua o mesmo, o que poderia justificar o retorno do termo, ou seja, a união de parlamentares de vários partidos de orientações ideológicas distintas. Por outro lado, os objetivos, os atores e o contexto político institucional não são os mesmos.

Essa emergência foi possível principalmente após a divisão do PMDB. Algumas lideranças tinham o objetivo de que o partido implementasse um projeto político. Outras buscavam o pragmatismo em suas ações. Externamente, porque se configurou como uma legenda afeita às forças políticas regionais e, assim, as especificidades das bases eleitorais geraram conflitos internos em torno das lideranças. A aliança com o PT possibilitava o alcance dos ministérios e seu direcionamento para as políticas regionais. Mas, por outro lado, há uma reorganização do grupo diante do entendimento de que precisava romper o domínio PT/PMDB. A formação do rompimento foi mobilizada por Eduardo Cunha, construindo um bloco de oposição ao governo petista com outras legendas e, com isso, colocando em xeque a governabilidade, no que diz respeito aos processos decisórios e formação de base do governo para aprovação de legislações (AVRITZER, 2016).

Como marco dessa reorganização do grupo, temos o rompimento do acordo feito nos anos anteriores na presidência da Câmara, que definia um revezamento entre PMDB e PT. Na vez do PMDB apoiar um nome do PT à presidência da Câmara, um racha interno levou Eduardo Cunha a mobilizar seu capital político e a não respeitar a negociação anterior. Eduardo Cunha vence e assume como presidente da Câmara, tendo o apoio de sua bancada da maioria, chamada inicialmente de baixo clero e depois, de Centrão. Os “anos Temer” pós-impeachment da Dilma foram o momento de nova reorganização desse grupo, de posicionamentos e definições perante a nova configuração política.

Uma análise do uso do termo 'Centrão' nos debates políticos brasileiros

Nosso esforço, nesta seção, é apresentar, inicialmente, um panorama do debate político sobre a atuação dos partidos identificados com o termo centrão, buscando compreender quais são os sentidos no retorno do uso do termo e quais os sentidos mobilizados na sua caracterização. Metodologicamente, operamos um recorte da fração deste debate, a partir da investigação em um jornal de circulação nacional. Escolhemos a Folha de São Paulo por questões de viabilidade. O jornal mantém um acervo e permite a busca por termos. Definimos como período o intervalo entre setembro de 2016 e setembro de

2020 e apenas as colunas de analistas e editoriais (com e sem autoria). Ao final desta seleção, obtivemos 124 itens, divididos nos tipos de seção do jornal (TABELA 1), também por período político de publicação (TABELA 2) e posicionamento com relação ao centrão em termos de adjetivação (TABELA 3). Na tabela 4, é possível verificar a relação de todos os autores dos 114 itens, já que dez são editoriais sem autoria.

Tabela 1: Quantitativo das Colunas do jornal Folha de São Paulo por tipo/seção do período de 09/2016 a 09/2020

Tipo/Seção	Quantitativo
Análise	5
Colunas	54
Editorial	10
Editoriais com autoria	52
Tendências/Debates	3
Total	124

Fonte: elaboração própria

Tabela 2: Quantitativo das Colunas do jornal Folha de São Paulo por período político de 09/2016 a 09/2020

Período político	Quantitativo
Eleições 2018	26
Governo Bolsonaro	64
Governo Temer	21
Sistema Político	13
Total	124

Fonte: elaboração própria

Para o que propomos como análise da categoria, evidenciado na tabela 3, é possível identificar o sentido majoritariamente negativo na definição ou análise desses partidos. A linguagem utilizada é a de compra de votos ou de troca de apoio por cargos. Há uma associação frequente com o fisiologismo, interesse pessoal acima dos interesses coletivos, tendência à corrupção, envolvimento em denúncias e a insaciedade por cargos e verbas, em sua maioria.

Tabela 3: Colunas do jornal Folha de São Paulo de 09/2016 a 09/2020 por adjetivação/descrição do termo Centrão

Adjetivação/Descrição	Quantitativo
Corrupção	8
Fisiologismo	64
Realismo político	18
Presidencialismo de Coalizão/Sistema político	3
<i>Accountability</i>	2
Outros	17
Economia	2
Eleições	6
Governo Refém	4
Total	124

Fonte: elaboração própria

É uma constante nessas colunas um entendimento de que não se processam negociações corriqueiras e esperadas em um sistema democrático e consensual. Afirma-se, também, com frequência, que a conexão eleitoral desses parlamentares é baseada no clientelismo e, em um dos casos mais extremos, a base eleitoral é chamada de “curral”. Em alguns momentos, associa-se esse tipo de comportamento parlamentar ao desenho institucional. Carazza³, por exemplo, afirma que o sistema estimula a fragmentação partidária, o fisiologismo, a corrupção e políticas públicas com alto custo fiscal.

Outro sentido que chama a atenção é a percepção de que o Legislativo, através da força dos partidos do Centrão, fragiliza o Executivo e o torna refém, através de frequentes chantagens, em percepção oposta às constatações dos estudos legislativos mais citados e referenciados da ciência política brasileira, que indicam a força do poder Executivo e seu protagonismo na organização da agenda política e das relações entre os poderes.

Para finalizar os principais pontos dos articulistas que pendem para uma caracterização negativa do centrão, destacamos um ponto consensual: a pouca confiança que esse grupo inspira. Apesar da disseminada percepção das estratégias pragmáticas, quando observamos momentos críticos com ampla mobilização da opinião pública, fica clara a preocupação dos parlamentares em aderir a decisões difíceis. Nas palavras de Celso Rocha de Barros em sua coluna no jornal: “[...] o centrão não morre por ninguém.”. O uso do termo Centrão se

³ Coluna de 24 de setembro de 2018.

constitui em expressão de certo pessimismo e de um cenário negativo em relação ao comportamento político.

Como contraponto, trazemos análises com um posicionamento que defendem o funcionamento do sistema político e alertam para a necessidade de uma visão empírica e realista.

Como parte dessa visão empírica, apontam que o Centrão tem inclinações ideológicas que correspondem a bases eleitorais, como, por exemplo, as pautas religiosas⁴. Essas inclinações conduzem a ação desses atores para formação de bancadas que correspondam às expectativas de eleitores e potencial expansão de eleitorado.

Algumas interpretações, que podemos denominar de *real politik* publicadas nesses artigos de opinião, apontam para a dinâmica do sistema e os fatores que abrem espaço para a atuação do Centrão como estratégia de acúmulo de capital político. Na construção do argumento, é indicada a formação do bloco como inerente ao jogo político institucional do presidencialismo e à dinâmica do presidencialismo de coalizão. Sob este viés, não considerar a articulação estratégica é como uma negação da política. É parte do jogo, inclusive, as transformações para além da estratégia de origem do Centrão, tendo em vista as novas conjunturas e as novas necessidades de atuação.

Em sua coluna, Antônio Delfim Netto, por exemplo, afirma que um sistema institucional robusto e ativo transforma o 'velho e guloso' centrão no novo e virtuoso centrão que dá sustentação à governabilidade, não devendo em nada às demais democracias presidencialistas multipartidárias no mundo. E vai além, criticando a 'criminalização da política' ocorrida nos últimos anos. Reinaldo Azevedo também vai no sentido de preocupação com os sentimentos antipolíticos e as cobranças românticas dos comportamentos parlamentares. Em sua coluna, argumenta que a política está sendo considerada inimiga e pergunta aos 'guerreiros solitários', em clara referência à campanha bolsonarista, como farão para governar sem o Congresso.

Interessante observar que alguns desses articulistas apontam a importância do centrão nas reformas dos Governos Temer e Bolsonaro. Esses partidos não só consideraram as necessidades da conjuntura, como também, encabeçaram e foram porta-vozes desses projetos, mesmo impopulares. Esses colonistas de inclinação mais liberal, desejosos dessas reformas, as defendem

⁴ ver editorial de Álvaro Costa e Silva no dia 07 de agosto de 2018: *Primeiro os meus santinhos*. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48401&keyword=centrao&anchor=6095556&origem=busca&originURL=&pd=35039243091e7e6d01f4bd68b6972fac>. Acesso em 20 de julho de 2022.

como positivas e, conseqüentemente, fazem também a defesa da atuação do Centrão na sua aprovação/defesa.

Há discordâncias sobre o posicionamento ideológico do centrão entre os dois grupos de colunas. Celso Rocha de Barros e alguns outros, afirmam a inclinação dos partidos do centrão à direita. A coluna de Samuel Pessoa rebate Celso Rocha, trazendo o lembrete de que várias vezes o centrão, pelo contrário, foi necessário para manter pautas que são caras à esquerda. Joel Pinheiro da Fonseca⁵ usou dados que apontam que 80% da população brasileira “[...] não faz questão de rezar por um crédito único”, insinuando que, na verdade, o centrão, na sua volatilidade ideológica, é representativo da maioria da população e não deveria ser alvo de tanto espanto e surpresa.

Tabela 4: Listas dos autores das Colunas do jornal Folha de São Paulo de 09/2016 a 09/2020 que fazem referência ao Centrão

Autor	Seção/Tipo	N
Adrian Albala	Análise	1
Alvaro Costa e Silva	Editorial	1
André Singer	Editorial	2
Antonio Delfim Neto	Editorial	2
Arthur Lira	Tendências/debates	1
Bernardo Mello Franco	Editorial	2
Bruno Boghossian	Análise/editorial	6
Bruno Carazza	Coluna	3
Bruno Garchagen	Tendências/debates	1
Carlos Melo	Análise	1
Catarina Rochamonte	Editorial	1
Celso Rocha de Barros	Coluna	10
Demétrio Magnoli	Coluna	1
Eduardo Scolese	Editorial	1
Fernando Canzian	Editorial	1
Fernando Haddad	Editorial	2
Fernando Schuller	Coluna	1
Gustavo Patu	Editorial	2
Helio Beltrão	Coluna	1
Hélio Schwartzman	Editorial	4

Fonte: elaboração própria

⁵coluna de 04 de julho de 2017: *O Brasil tem ideologia?*
<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=47890&keyword=centrao&anchor=6057780&origem=busca&originURL=&pd=a67e772ee4f7201b350951ca928427b6>

Tabela 4 (continuação)

Autor	Seção/Tipo	N
Igor Gielow	Análise	3
Ivan Valente	Tendências/debates	1
Jânio Freitas	Coluna	1
Joel Pinheiro da Fonseca	Coluna	4
Julianna Sofia	Editorial	8
Kfourir	Coluna	1
Leandro Colon	Editorial	12
Marcelo Freixo	Coluna	1
Marcus Andre Melo	Editorial	4
Maria Herminia Tavares	Editorial	2
Nabil Bonduki	Editorial	1
Oscar Vilhena Vieira	Coluna	3
Pablo Ortellado	Editorial	1
Pondé	Coluna	1
Reinaldo Azevedo	Coluna	3
Ricardo Balthazar	Editorial	1
Ruy Castro	Editorial	1
Samuel Pessoa	Coluna	2
Silvana Krause	Coluna	1
Tabata Amaral	Coluna	1
Tati Bernardi	Coluna	1
Vinicius Mota	Editorial	1
Vinicius Torres Freire	Coluna	16
Sem autoria		10
Total		124

Fonte: elaboração própria

Partidos do bloco centrão nos governos Temer e Bolsonaro (2016 a 2021)

Com o objetivo de identificar quem são os grupos partidários formadores do bloco parlamentar, nos propomos a observar quais são as legendas que o compõem. Para isso, catalogamos as matérias do jornal *Folha de São Paulo*. A partir dessa catalogação, identificamos os partidos que são mencionados *diretamente* como parte do bloco parlamentar do Centrão.

A divisão dos períodos, inicialmente, foi feita após o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), início do governo de Michel Temer (MDB), momento em que o Centrão inicia sua consolidação como bloco parlamentar de capital político para as negociações com o Executivo. De acordo com a sistematização das notícias, percebemos quatro períodos de transformação dos partidos que compõem o bloco: 1) Governo Michel Temer; 2) Eleições 2018; 3) Início do Governo Bolsonaro (2019 - 2020); 4) Eleições municipais e eleições para presidência da Câmara dos Deputados (2020 - 2021). Neste último período, as

eleições se entrecruzam em fluxo complementar de construção do grupo político por articular eleição local com eleição interna do Legislativo nacional, para compor diálogo com os Executivos nacional e municipal.

Identificamos, assim, que o Centrão é composto por partidos a) nucleares, ou seja, sempre aparecem nas matérias como parte do Centrão quando citados; b) nucleares conjunturais, cujas citações como Centrão são frequentes apenas durante um período e c) partidos satélites, que orbitam em torno dos núcleos.

Quadro 1: Partidos identificados como bloco Centrão no Governo Temer nas notícias do Jornal Folha de São Paulo

Partido	Bancada	Nº de citações nas matérias sobre Centrão
PP	38	18
PR	34	14
PTB	25	10
PSD	36	14
SD	15	6
PRB	21	6
DEM	21	2
PSC	13	1
PMDB	65	1
PODEMOS (antes PTN)	4	1
PPS	10	2
Total de partidos: 11	Total de deputados: 282	-

Fonte: Câmara dos Deputados e *Folha de São Paulo*, com sistematização das autoras.

Os partidos citados como “Centrão” formam um total de onze, correspondendo a uma bancada de 282 deputados (as). Destes, o PP, PR e o PTB foram considerados núcleo fixo, com 72 deputados (as). O PSD, Solidariedade e PRB são núcleos conjunturais, contando com 26 deputados (as).

Como partidos satélites, temos DEM, PSC, PMDB, PODEMOS, PPS⁶, com o total de 113 deputados (as).

De acordo com a proximidade das eleições de 2018, o DEM e o PSD foram apontados com frequência como parte do Centrão. Nesse período, consideramos a liderança de Rodrigo Maia (DEM) na presidência da Câmara dos Deputados como articuladora da relação entre Executivo e Legislativo, ou seja, amplia-se a composição do Centrão.

Quadro 2: Partidos identificados como bloco Centrão no período eleitoral de 2018 nas notícias do Jornal Folha de São Paulo

Partido	Bancada	Nº de citações nas matérias sobre Centrão
PP	38	15
PR	34	12
PTB	25	3
PSD	36	3
SD	15	10
PRB	21	11
DEM	21	11
MDB	65	1
Total de partidos: 8	Total de deputados: 255	-

Fonte: Câmara dos Deputados e *Folha de São Paulo*, com sistematização das autoras.

No cenário apresentado acima, PP, PR, PTB, SD e PRB mantêm-se como núcleo fixo do Centrão, com 133 deputados (as). O PSD continua como núcleo conjuntural e o DEM aproxima-se do bloco, fazendo um total de 57 deputados (as). Aliás, seria mais correto dizer que o bloco se aproxima do DEM para uma articulação com a principal liderança parlamentar. Como veremos em seguida, essa aproximação se sustenta até 2021, quando um novo parlamentar é eleito como presidente da Câmara. Como partido satélite, orbita em torno do Centrão o então MDB.

⁶ Na época, o PMDB ainda não tinha mudado a legenda para MDB. O PODEMOS era antes o PTN.

Para analisar o próximo quadro, consideramos a soma do número de matérias até agosto de 2020 correspondentes aos partidos que se fundiram ou mudaram de nome. No caso, o PRB se tornou Republicanos em 2019; PR se tornou PL em 2019; DEM se tornou União Brasil em 2022.

Quadro 3: Partidos identificados como bloco Centrão no Governo Bolsonaro nas notícias do Jornal Folha de São Paulo

Partido	Bancada na eleição 2018	Bancada atual*	Nº de citações nas matérias sobre Centrão**
PP	38	57	28
PR	33	-	13
PTB	10	3	10
PSD	35	47	11
SD	13	8	12
PRB	30	-	4
DEM/UNIÃO	29	56	22
MDB	34	37	5
PODEMOS	11	8	2
PROS	8	4	4
PL	-	77	15
REPUBLICANOS	-	42	16
Total de partido: 11	Total de parlamentares: 241	Total de parlamentares: 292	-

Fonte: Câmara dos Deputados e *Folha de São Paulo*, com sistematização das autoras.

*Julho de 2022

**Até agosto de 2020

No Quadro 3, consideramos o número de parlamentares eleitos em 2018 e as matérias veiculadas até agosto de 2020, véspera do período eleitoral municipal, e a bancada existente em 2022, para melhor visualização das mudanças de legendas partidárias. Assim, o núcleo fixo é composto por PP, PL (antes PR), PTB, SD, REPUBLICANOS (antes PRB), com um total de 187 deputados (as). O núcleo conjuntural está composto por PSD e DEM, formando um total de 59 deputados (as). No caso do DEM, consideramos a bancada eleita, visto que o processo de migração para a legenda União Brasil só ocorreu em 2022. Por fim, como partidos satélites, temos o MDB, PODEMOS e PROS, com 53 deputados (as).

O caso do PRB se particulariza. Tornou-se REPUBLICANOS e manteve-se como parte do núcleo do Centrão. Consideramos, pois, como núcleo fixo.

No início do governo Bolsonaro, o Centrão possuía 241 deputados (as). Bolsonaro se recusava a negociar diretamente com o Centrão. O presidente do Executivo dizia que o bloco representava a “velha” política e que, por isso, não negociaria.

O cenário da relação Executivo e Legislativo mudou após o resultado das eleições municipais de 2020 e com a eleição do novo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), considerado uma das principais lideranças do Centrão. O que nos chama atenção é o total de parlamentares que passam a compor o Centrão depois que o presidente muda suas alianças: distribuídos em 11 partidos, o total é de 292 deputados (as). Vejamos o Quadro 4:

Quadro 4: Partidos identificados como bloco Centrão no Governo Bolsonaro na Bancada pós-eleitoral, em 2022

Partido	Bancada na eleição 2018	Bancada atual*	Nº de citações nas matérias sobre Centrão**
PP	38	57	20
PTB	10	3	5
PSD	35	47	13
SD	13	8	2
DEM/UNIÃO	29	56	5
MDB	34	37	1
PODEMOS	11	8	1
PROS	8	4	4
PL	-	77	15
REPUBLICANOS	-	42	7
AVANTE	-	6	4
Total de partido: 11	Total de parlamentares: 178	Total de parlamentares: 345	-

Fonte: Câmara dos Deputados e *Folha de São Paulo*, com sistematização das autoras.

*Julho de 2022

** Até março de 2021

No quadro 4, consideramos o número de deputados (as) com mudança de sigla até março de 2021. Como núcleo fixo, mantêm-se PP, PL, PTB, REPUBLICANOS e Solidariedade. Ao todo, são 187 deputados (as). Como núcleo conjuntural, temos o PSD e o AVANTE, com 53 deputados (as). O DEM, MDB, PROS, PODEMOS foram considerados partidos satélites e aqui precisamos descrever o cenário conjuntural.

Nas eleições municipais de 2020 houve o crescimento dos partidos PP, PSD e DEM. Nesse período, o DEM, na presidência parlamentar de Rodrigo Maia (então do DEM), articulava as estratégias do Centrão e, por isso, corriqueiramente, as matérias do jornal o vinculavam ao bloco parlamentar. Entretanto, as eleições para presidência da Câmara dos Deputados impulsionaram mudanças. O grupo do núcleo fixo do Centrão buscou formar aliança em torno de Arthur Lira (PP) e um outro bloco buscou formar alianças - MDB, DEM, PSL e PV. Nesse processo, o PTB e o PROS foram disputados.

O governo Bolsonaro, então, passou a apoiar Arthur Lira (PP). Como havia a ideia de que Lira representava a “velha política”, junto com escândalos de julgamentos contra ele no STF, a base mais radical de Bolsonaro discordou do apoio. Porém, diante do ano de 2021, ano pré-eleitoral, não é de se espantar o pragmatismo do Executivo ao se aproximar do Centrão. O fato é que Lira saiu vitorioso na disputa para presidência da Câmara. Como consequência de sua vitória e da aproximação com o Executivo, o Centrão hoje possui em torno de 345 parlamentares sob seu capital político.

Poderes em disputa: incentivos institucionais e comportamento legislativo no Governo Bolsonaro

No plano estratégico, cruzam-se estratégias diversas dos atores parlamentares - lideranças partidárias locais e nacionais, disputas internas e externas, escolhas de carreira, motivações pessoais e financiamento privado - adicionando complexidade analítica às densas camadas normativas em torno do debate sobre o sistema democrático brasileiro. Selecionamos alguns elementos para destaque da problematização aqui apontada: 1) o papel de centralização dos partidos no congresso nacional e o presidencialismo da coalizão; 2) a dinâmica da competição eleitoral para os cargos proporcionais; 3) as estratégias e os perfis de atuação dos parlamentares no plano federal.

Inicialmente, destacamos que as estratégias e as decisões em um contexto político são encadeadas. Os atores operacionalizam diversas estratégias simultâneas. É nesta interseção de arenas, constrangimentos e incentivos que pretendemos compreender os cálculos dos parlamentares e os métodos de ação do “Centrão”. O desenrolar das conjunturas e das necessidades de se consolidar como um grupo de capital político para influenciar as negociações torna-se combustível orgânico e pragmático para as transformações. Por isso, é comum percebermos mudanças de partidos que compõem esse bloco chamado Centrão.

A combinação de poder de agenda do Executivo federal e os mecanismos institucionais congressuais nas negociações com bancadas e partidos políticos constituem as arenas de disputas e o cálculo das ações dos atores

parlamentares. Como parte do jogo, a motivação das ações e mobilizações de capital político para efetivação dos processos decisórios também é influenciada pelas configurações locais de estados e municípios. A motivação do Centrão, em geral, é a ocupação de cargos que podem render publicidade e obras nos seus respectivos redutos eleitorais. Uma das movimentações é o interesse em estar em alguns cargos, chamados de “segundo ou terceiro escalão”, no Executivo Federal. Assim, obtém acesso a obras que não são de grande vulto, com menos exigências e trará impactos no âmbito local, campo central para os partidos, seus redutos eleitorais e focos de reputação para futuras disputas.

Figueiredo e Limongi (2017) exploraram os âmbitos da arena parlamentar institucional e sua conexão eleitoral. A indicação de que os parlamentares agem conforme a troca clientelista é fruto da interpretação ligada à divisão entre moderno e atrasado, representados nas instituições políticas pelo Executivo e o Legislativo, respectivamente. Questionam, então, a continuidade dessa interpretação na atualidade, em que os partidos possuem poder de centralização, ou seja, a lógica clientelista não tem explicação pela via institucional do presidencialismo de coalizão.

As coalizões buscam implementar uma agenda a partir de uma aproximação e articulação conjuntas do que se espera como proposta de política pública, ou seja, é uma agenda *da* coalizão. Cada partido e seus parlamentares possuem interesses e isso é parte do jogo político de negociação que envolve conflitos e busca de formação de consensos, “Assim funcionam as democracias reais” (idem, p.88). Inclusive, ainda sob o argumento dos autores, as tomadas de decisões envolvem custos e não apenas benefícios visto que, no jogo político, há necessidade de ceder diante de algumas pautas para construir consensos.

Os parlamentares necessitam de recursos e vantagens diferenciais para que se posicionem na competição política, que é particularmente dura para os deputados federais. A articulação em blocos informais ganha fôlego e se materializa em usos regimentais para construir impasses em torno da agenda política governamental.

Por essa permeabilidade, o termo centrão não revela apropriadamente o que são esses parlamentares. Inclusive, alguns preferem chamar de bloco, ou seja, a articulação de partidos para aumentar sua força na negociação com o governo, e isso não parece uma anomalia em si. Desse modo, o presidente terá que ser mais responsável aos anseios do Legislativo que, nessa conjuntura, tem o bloco/centrão como um polo de força. É esperado que esse bloco queira e receba maior participação no governo. Infelizmente, as ações parlamentares estão muito envoltas em desconfianças e acumulam uma imagem negativa.

Mas, institucionalmente, pode-se entender essas pressões e chamadas como parte do jogo, já enunciada em análises correntes.

Nos últimos anos, a prática política do “Centrão” tende a permeabilidade ao associar questões importantes nas estratégias da arena institucional: 1) Possui diálogo com líderes de bancadas partidárias (formal); 2) Possui diálogo com bancadas “temáticas” que funcionam como grupos de pressão (informal); 3) Possui diálogo com ações individuais parlamentares com vistas a alcançar base eleitoral (formal pela existência de mecanismos institucionais que venham a ser utilizados, e informal pelas articulações de bastidores inerente à dinâmica legislativa); 4) Permite que governos sobrevivam a momentos críticos com suas alianças primárias. Recorre-se a estes partidos independentes para buscar formar maioria. Até o governo Temer, essa busca era eventual. Os acontecimentos que estamos acompanhando, a partir de então, é uma dependência ampliada desse bloco informal.

O Centrão pode ser entendido como consequência da dinâmica política. Por isso, consideramos importante observar e intensificar os estudos sobre esses atores, superando o uso do termo apenas como uma categoria acusatória, se apropriando do espaço competitivo da política. A sua natureza camaleônica permite o trânsito em variados cenários políticos. Inicialmente, um método de ação política, que passa a se consolidar por questões conjunturais, após idas e vindas, em uma operação de parlamentares, balizados pelo contexto político estratégico. E este vem sendo o desafio para o governo e seus parlamentares apoiadores quando há dependência *ad hoc* de blocos informais. As articulações tornam-se pontuais e o esforço de negociação pode ter um custo mais alto e ser ainda mais sensível à conjuntura e à opinião pública, tornando o apoio incerto.

A base parlamentar do Centrão é formada por algo em torno de 11 partidos. Como núcleo partidário fixo, podemos assinalar o PP, PL, PTB, REPUBLICANOS, SD. Como núcleo conjuntural, apontamos os partidos DEM, PSD e AVANTE. Nesse segundo grupo, nos cabe fazer dois apontamentos. O primeiro diz respeito ao DEM/UNIÃO, pois é de interesse do Centrão manter diálogo com a legenda, visto o crescimento municipal nas eleições de 2020 e em prospecção para eleições de 2022. O segundo apontamento considera a disputa interna: o PSD possui lideranças que discordam em compor o bloco, devido, principalmente, a questões regionais. Os demais partidos são considerados “satélites” que orbitam no entorno da influência do Centrão, mas que, nas matérias, não são mencionados com recorrência.

Após caracterizar o Centrão segundo sua distribuição partidária, buscamos apresentar como a ação destes partidos se desenvolveram no governo de Jair Bolsonaro a partir de 2019. Para isso, consideramos o ano

anterior, ainda no governo Temer, como referência na relação Legislativo e Executivo.

Segundo os dados do Observatório Legislativo Brasileiro⁷, a proporção de proposições apresentadas pelo Poder Executivo e aprovadas no mesmo ano em relação a todas as proposições *apresentadas* à Câmara teve uma queda. Em 2018, a taxa de aprovação de proposições foi de 0,6. Em 2019, as proposições aprovadas que partiram do Executivo caíram para 0,31. Cabe destacar que, nesse primeiro ano de Bolsonaro, havia uma postura antipolítica do presidente e aliados, reforçando uma resistência em formar alianças com o que denominavam "a velha política". Em 2020, o deslocamento de liderança do "Centrão" foi iniciado na transição de Rodrigo Maia (DEM) para Arthur Lira (PP). E foi nesse momento que o Executivo teve um crescimento da taxa de aprovação para 0,43 e, em 2021, para 0,47. Em 2022, ano de eleições gerais, até julho, essa taxa caiu para 0,07, um indicativo de que os parlamentares estão voltados para suas bases eleitorais.

Quando pensamos no número de proposições apresentadas, 2020 foi o ano mais significativo para os dois poderes. O Executivo apresentou 130 proposições e o Legislativo 4.871. Após o alinhamento de Bolsonaro com o "Centrão", o número caiu, respectivamente [?], para 89 e 4.148 em 2021 e, em 2022, 39 e 1.515.

É necessário considerar que, em termos de orientação para votação, é parte da dinâmica parlamentar orientar para votação nominal, o que tensiona a coesão partidária das bancadas. Nesses termos, o percentual de votações nominais orientadas pelo Governo na Câmara foi de 70% em 2018 (governo Temer). No governo Bolsonaro, as orientações subiram para 77,5% em 2019, 88% em 2020. Em 2021, caíram para 73,7% e, em 2022, subiram para 84,9%.

Segundo a taxa de divisão em votações nominais⁸, os anos de 2020 e 2021 foram mais acirrados, como taxas de 0,57 e 0,52 (respectivamente). Ou seja, períodos em que ocorreram maior divisão das bancadas da Câmara nas votações. Porém, quando olhamos para a coesão partidária das legendas que compõem o "Centrão", incluindo os partidos frequentemente associados e os eventualmente associados ao termo, percebemos que não há dispersão tão significativa.

⁷ Disponível em: <https://olb.org.br/monitor/>. Acesso em julho de 2022.

⁸ Quanto mais próximo de zero, disputa mais acirrada. Disponível em: <https://olb.org.br/monitor/>, acesso em julho de 2022.

Quadro 5: Taxa de Coesão Partidária por ano (2018 a 2022)⁹

Partido	2018	2019	2020	2021	2022
PP	0,88	0,90	0,93	0,91	0,95
PL	-	0,92	0,92	0,92	0,93
PTB	0,88	0,89	0,91	0,88	0,88
DEM	0,92	0,93	0,90	0,86	0,89
PSD	0,87	0,86	0,88	0,84	0,84

Fonte: Observatório Legislativo Brasileiro, sistematização das autoras.

Assim, com base nos dados apresentados sobre a coesão partidária, reforçamos o núcleo fixo do “Centrão” no PP e no PL, e o núcleo conjuntural. Não analisamos em quais votações os partidos tendem a não estar coesos. Por enquanto, nos detivemos no contexto geral de possíveis alinhamentos com o governo Bolsonaro.

Apontamentos

Neste artigo, analisamos o uso do termo “Centrão” nos debates políticos brasileiros e as transformações na disputa entre os poderes executivo e legislativo, com o ressurgimento e o aprofundamento da sua força política. Pudemos observar que os analistas são predominantemente negativos na avaliação do comportamento parlamentar desses partidos. Ademais, o termo vem sendo utilizado com recorrência para designar atuação de um grupo específico no âmbito parlamentar e sua influência na agenda do Executivo.

Entretanto, esperamos, com o desenrolar deste trabalho, incentivar outras possibilidades interpretativas para o estudo do comportamento legislativo e as percepções do jogo político neste âmbito institucional. O termo não alcança a dinâmica política e não realiza, de todo, um caráter explicativo sobre a conjuntura atual.

É o caso, por exemplo, de quando observamos a ação parlamentar com partidos predominantes do chamado “Centrão”. Há um bloco de partidos que costumam agir de maneira próxima nas votações e articulações, mas que não se distanciam da coesão partidária, categoria de análise já utilizada na literatura da ciência política.

⁹Quanto mais próximo de zero, menor a coesão. Disponível em: <https://olb.org.br/monitor/>, acesso em julho de 2022.

Não sugerimos que não há prejuízos para a qualidade democrática ou de que esta interação não estimule práticas inapropriadas e consequências danosas, inclusive para os próprios operadores dessas ações, vide percentual de renovação no Congresso Nacional nas eleições de 2018. Entretanto, ressalta-se que o termo é uma categoria que tem características que são frequentes no debate político, mas quando deslocada para a linguagem acadêmica, torna-se uma categoria incompleta. Além disso, alertamos para o fato de ter florescido em um cenário de descrença com a política, especialmente no seu âmbito legislativo, o que torna infrutífero para compreensão das especificidades inerentes à dinâmica política, ao reforçar a compreensão negativa das ações no campo político.

Alternativamente, entendemos que a atuação parlamentar deve ser compreendida como uma estratégia de atuação política contextual, e buscamos incentivar a reflexão da importância do escopo institucional e do padrão de interação entre grupos, partidos e poderes na Nova República. O “Centrão” pode ser entendido como um movimento ou ação estratégica. Este movimento, por sua vez, tende a ser utilizado diante de cenários de instabilidade política, em um jogo de posições que alia a institucionalidade a adesões informais.

O Legislativo, desde o *impeachment* de Dilma Rousseff, assumiu uma dinâmica propositiva de agenda política, formando suas alianças de acordo com o projeto de seus interesses. Na ausência de uma articulação com a agenda do Executivo, o grupo parlamentar forma um movimento estratégico indispensável para o processo decisório.

No caso do governo Bolsonaro, observamos que a proximidade com o grupo identificado como centrão foi necessária pelo acirramento nas votações das proposições do Executivo. Ademais, a proximidade das eleições gerais de 2022 indicou a necessidade de filiação partidária, ou seja, as articulações políticas tornaram-se inevitáveis. Bolsonaro se filiou ao PL, legenda do núcleo partidário fixo do movimento “Centrão”.

Por fim, indicamos a necessidade de desenvolvimento de pesquisas empíricas sobre os partidos associados ao termo, buscando identificar como atuam, como se posicionam, qual sua base eleitoral, comportamento parlamentar, trajetória política, dentre outros elementos. Precisamos testar as hipóteses ventiladas sobre sua tendência ao localismo, à corrupção, ausência de vinculação ideológica e outras ‘pechas’ que carregam, sem termos validação empírica e analítica suficientes.

Referências

- ARAÚJO, C. 2015. A transição para a democracia e a questão do poder constituinte. In: LAVALLE, A.; VITA, A.; ARAÚJO, C. (org.). *O papel da teoria política contemporânea*. Alameda.
- AVRITZER, L. 2016. *Impasses da democracia no Brasil*. Editora José Olympio.
- FREITAS, R.; MOURA, S.; MEDEIROS, D. 2009. Procurando o Centrão: direita e esquerda na Assembleia Nacional Constituinte, 1987-1988. In: CARVALHO, M. A.R; ARAÚJO, C.; SIMÕES, J. A. *A Constituição de 1988: passado e futuro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild (Hucitec), ANPOCS.
- GOMES, F. de B. C. 2012. Cooperação, liderança e impasse entre o Legislativo e o Executivo na produção legislativa do Congresso Nacional do Brasil. *Dados*, v. 55, n. 4, pp. 911-950.
- GUILHERME, C. A. 2018. Meios secretos da Constituinte. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 17, n. 201, pp. 112-115.
- HIPPOLITO, L. 2012. *De Raposas e Reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- KINZO, M. D. G. 1989. O quadro partidário e a constituinte. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 1, n. 1, pp. 91-123.
- LEMONS, L. B. S.; RICCI, P. 2011. Individualismo e Partidarismo na lógica parlamentar. In: POWER, T.; ZUCCO, C. *O Congresso por ele mesmo*. Autopercepções da classe política brasileira. Editora UFMG.
- LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. 2003. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, v.9, n.1, Campinas.
- LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. C. 2017. A crise atual e o debate institucional. *Novos estudos - CEBRAP*, v. 36, pp. 79-97.
- LIMONGI, F. 2006. Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 76, pp. 17-41.
- LOPES, M. S.; PAIVA, G. A. M.; BEZERRA, G. M. L. 2021. "2018, a batalha final": Lava Jato e Bolsonaro em uma campanha anticorrupção e antissistema. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 20, pp. 377-389.
- MADEIRA, R. M. 2006. *Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro*. Porto Alegre. 207 f. Doutorado - Programa de pós-graduação em Ciência Política, UFRGS.

- MAINWARING, S.; LINÑAN, A. P. 1998. Disciplina partidária: o caso da Constituinte. *Lua Nova - Revista de Cultura Política*, São Paulo, v. 44, pp. 107-136.
- MARCELINO, D.; BRAGA, S. & COSTA, L. D. 2010. Parlamentares na Constituinte de 1987/88: uma contribuição à solução do 'enigma do Centrão'. *Revista Política Hoje*, v. 18, n. 2, pp. 239-279.
- MARENCO, A. 2006. Regras eleitorais importam? Modelos de listas eleitorais e seus efeitos sobre a competição partidária e o desempenho institucional. *Dados*, v. 49, n. 4, pp. 721-749.
- MARENCO, A. 2006. Regras eleitorais, deputados e fidelidade partidária. In: SOARES, G. A. D.; RENNÓ, L. R. *Reforma política: lições da história recente*, Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 177-192.
- MUNHOZ, S. R. 2011. A atuação do "Centrão" na Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988: dilemas e contradições. *Revista Política Hoje*, v. 20, n. 1, pp. 343-394.
- NOBRE, M. 2013. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. Editora Companhia das Letras.
- NOGUEIRA, A. M. SEM DATA. Verbete: Centrão. CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação Histórica e Contemporânea. FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centrao>. Acessado em: 03, out. de 2020.
- NUNES, F.; SILAME, T. R. 2006. Executivo e Legislativo: O Presidente da Câmara em uma coalizão contraditória. *Revista Três Pontos*, v.3, n.2, pp. 33-42.
- RABELO-SANTOS, L. 2009. *Oposição e obstrução na Câmara dos Deputados*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).
- SOUZA, M. T. 2003. O processo decisório na Constituição de 1988: práticas institucionais. *Lua Nova - Revista de Cultura Política*, São Paulo, v. 58, pp. 38-59.
- VASCONCELOS, J. S. 2014. O buraco negro do pemedebismo. *Estudos avançados*, v. 28, n. 82, pp. 305-312.